

R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. IV | N° 58 - SETEMBRO 2025



RASTROS DE SANGUE

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa - Editor-Chefe
Munique Costa - Designer de capa
Pedro Costa - Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Danielly Jesus
Edson Araujo
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta
Neto Curvina

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentocidadania.com



[Vaquinha online](#)



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania
Vol. IV – Nº 58
Setembro de 2025
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotfy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

EDSON ARAUJO

Palestrante, estudante de filosofia e teologia.

NETO CURVINA

Ministro do Evangelho. Teólogo e escritor. Autor de “Conservadorismo e Fé” e “A Velha Desordem Mundial”.

Financiamento coletivo

Precisamos de você, leitor

Nosso esforço central é despertar as pessoas, com textos que estimulam a reflexão, aguçam a vontade de adquirir mais conhecimento e naturalmente enxergar a verdade.

Um mundo melhor é o que queremos, mas para que isso aconteça precisamos despertar, fazer a nossa parte, assim buscamos resgatar a cidadania através de conteúdo.

Sua doação permitirá:

- Manter a plataforma do site;
- Manter a revista digital gratuita;
- Edições de vídeos mais profissionais;

[Clique aqui](https://www.vakinha.com.br/4961006) e faça sua doação e também ajude compartilhando o link: **<https://www.vakinha.com.br/4961006>**.

Caso não queira se cadastrar na plataforma da Vakinha online, doe qualquer valor para a Chave PIX: **28.814.886/0001-26**.

Agradecemos seu apoio,

Editorial

Rastros de sangue



No ano de 71 a.C, Marco Licínio Crasso, encarregado de dissolver a revolta dos escravos que, sob o comando de Espartáco, devastavam o sul da Itália, decidiu encurralar os revoltosos em Brútio, entretanto, o Tenente Múmio, em uma ação impetuosa, decidiu avançar com suas legiões face aos escravos, o que acabou custando uma derrota e a debandada dos legionários.

Crasso conseguiu derrotar os homens de Espartáco em uma investida posterior, entretanto, a derrota causada por Múmio custaria muito às legiões romanas, posto que, para manter a disciplina, Crasso ordenou que fosse imposto o castigo da dizimação, *decimatio* em latim, uma sanção que importava na execução, por espancamento, de um a cada dez homens das legiões, que deveria ser posta em prática pelos nove décimos sobreviventes.

A dizimação era uma punição grave que visava manter o controle da tropa através de um castigo que eliminava parte dele e exigia que a outra, sobrevivente, fosse responsável por executar seus pares, de maneira que, aos que não sofressem a sanção, restava a lição para não mais incidirem na falta.

No contexto das legiões romanas, tendo em mente que aquelas tropas se prestavam à defesa do Império, a punição capital não era uma exceção, posto que, mesmo nos dias atuais, ações como traição e deserção, em período de guerra são passíveis de punições que custem as vidas dos transgressores.

Leandro Costa

Os crimes gravíssimos, por vezes, também podem ser motivadores para a aplicação de pena capital, mas tal regra, cada vez mais rara, se volta às infrações cuja natureza é tão abjeta que podemos chamar de hediondos. No ocidente, os casos de pena de morte, já abolidas na maior parte dos países, se focam em crimes como homicídios, latrocínios, estupros e outros tantos, entretanto, a mente doentia dos revolucionários que, em sua máxima de que tudo é relativo e a que a revolução edificará um paraíso utópico, entende que, não há infração mais grave que se opor a sua loucura.

Incapazes de se reconhecer como loucos déspotas degenerados, os revolucionários assumem, como todo desequilibrado faminto pelo poder, que qualquer um que se oponha a sua intenta deve ser destruído, em especial, se tal embate se der no campo das ideias, pois, tal arena é justamente aquela que suas narrativas são expostas, questionadas e destruídas.

A revolução, que alega resolver artificialmente todos os dilemas da humanidade, obviamente se sustenta em mentiras, prometendo o chamado terreno no horizonte, um lugar perfeito e acessível, mas que nunca será alcançado, por tanto, criará inúmeras narrativas para que seus seguidores, movidos pela ganância, por medo ou pelo sentimento de pertencimento, continuem servido aos seus mestres.

Regimes totalitários como o socialismo, o nazismo e o fascismo, bem como, a promessa de uma sociedade sem regras como o anarquismo, sustentam-se sobre os pilares da mentira, da corrupção e do medo, posto que, mentem para os incautos, corrompem os vazios e intimidam os que, por algum motivo, não possam reagir. Portanto, o emprego de violência estará sempre nos planos dos revolucionários.

O maior exemplo histórico é a Revolução Francesa, que prometia libertar o povo de um monarca egoísta e permitir que os mais humildes tivessem participação nas decisões, que chamavam de democracia, no entanto, tão logo os revolucionários assumiram o poder, sendo figuras intelectuais e tomadas por ideias iluministas, que os faziam acreditar-se salvadores da humanidade, ou melhor, da História com ou sem a humanidade, seus líderes se provaram déspotas cruéis que fizeram do regime removido do palácio de Versalhes algo saudoso para aqueles que não comungavam da loucura que conduziu a Revolução.

A liberdade conquistada no âmbito da Revolução Francesa foi a de concordar com os líderes ou descansar o pescoço em uma obra da engenharia que marcou a época chamada guilhotina. Até hoje, s revolucionários sonham com a oportunidade de apedrejarem, guilhotinarem ou fuzilarem aqueles que não assumam sua visão doentia de mundo como única forma de progresso e, portanto, existência universal.

A mente daqueles que defendem regimes idealizados, que apontam existir uma fórmula capaz de solucionar todos os males do mundo, assume que adotada a sua ideologia, tudo se resolverá, entretanto, tal pensamento só ocorre nas camadas mais baixas de tais grupos, posto que, no centro nervoso, a [Torre de Marfim](#), existe a noção de que a promessa de mundo ideal é tão somente um ardiloso argumento para

Leandro Costa

conduzir os tolos, ao passo que se assume o poder. Alcançada a posição de domínio, os líderes revolucionários não abdicarão de sua condição e, cada vez mais, esmagaram tão quantos forem necessários para, no topo, se manterem.

A frase que melhor define os artífices da revolução é a máxima de que “o sonho do oprimido é se tornar o opressor”, logo, uma vez que tenham o poder que outrora invejaram, tornar-se-ão ainda mais cruéis que aqueles que diziam enfrentar, portanto, podemos até admitir que a monarquia francesa que ofereceu brioches quando faltou pão, pode ter sido um regime autoritário, indiferente ou mesmo tirano, mas não chega perto das atrocidades promovidas pelos revolucionários que a sucedera.

Os revolucionários, em especial aqueles que pregam ideias coletivistas, se agrupam em hordas violentas sob o comando de figuras desprovidas de moral, para tratar de tais bandos ferozes, nos despedimos dos anarquistas em geral, haja vista que sua violência embora também seja animalesca, visa destruir aqueles que tentem impor-lhes regras, mas, no geral, trata-se de uma turba acéfala sem uma liderança. O grande risco das debandadas anarquistas, como recentemente ocorrera no Nepal, é que tais levantes podem ter dois efeitos perigosos.

Um levante anarquista pode ser tomado pelo caos não direcionado, tendo um desfecho em que a destruição consumirá a todos, ou, poderá dar lugar a um líder ou grupo de líderes que assumam o controle da situação, tendo como resultado final uma situação randômica, pois dependerá da índole daqueles que forem alçados ao poder, podendo surgir uma figura que ascendera com a intenção de trazer luz ao momento de trevas, bem como, uma nefasta criatura que se aproveitou do cenário para galgar ao poder e nele assumir a postura despótica que escondia em seu âmago.

A incerteza do momento atual nepalês nos leva a esperar os próximos passos daquele povo em direção ao futuro, tendo em mente que, embora a queda de um regime socialista seja sempre algo que devemos comemorar, não há como negar que a incerteza pode dar lugar a outro regime totalitário, mesmo porque, socialista costumam se desmembrar em diversos grupos para que um se torne a alternativa ao outro. O chamado teatro de tesouras nada mais é que uma experiência multifacetada dos socialistas, que, divididos em diversas bandeiras, fingem oporem-se uns aos outros para que, em meio ao inevitável fracasso do regime, ocorra a substituição pela outra vertente do mesmo espectro ideológico.

A título de ilustração, queda no regime nazista, para os que viviam a leste de Berlim, não trouxe um futuro de liberdade e justiça, mas um regime subordinado a Moscou que se assemelhava, em muito, ao que lhe dera lugar, de tal forma que, a temida Gestapo deu lugar à Stasi, não havendo considerável mudança no que tange a suas práticas de violações em relação ao cidadão alemão.

Não se pode olvidar que a queda de um regime despótico pode dar lugar a outros tiranos, entretanto, os líderes revolucionários sempre estarão à espreita aguardando a oportunidade para se

Leandro Costa

colocarem como salvadores, assumindo o papel de promotores da vontade daqueles que derrubaram o regime.

Por outro lado, quando são os próprios revolucionários que chegam ao poder, no geral, as cadeiras já estão marcadas mesmo antes de uma coroação formal, logo, cada um dos senhores da revolução já sabe qual serão o seu quinhão quando chegarem ao poder, exceto por aqueles que foram usados, que não terão a recompensa almejada, ou aqueles que possam reivindicar mais do quê aquilo que lhes fora prometido, uma vez que, tornar-se-ão ameaçadores aos seus antigos correligionários.

O maior exemplo de líder revolucionário que teve sua parte no poder negada foi, sem dúvida, Leon Trotsky, tendo em vista que, a sua presença nos círculos de poder em Moscou ameaçava diretamente a autoridade de Joseph Stalin, em razão de parte dos Bolcheviques acreditarem ser o primeiro o legítimo herdeiro de Vladimir Lênin no comando do partido e, por conseguinte, da União Soviética. Tal situação acabou por determinar o destino de Trotsky, que acabou sendo expulso do país em 1929, e assassinado em 20 de agosto de 1940, por Ramón Mercader, agente soviético, na capital do México.

A União Soviética também contava com os documentos que ficaram conhecidos com “A lista de Stalin”, nos quais, nomes de supostos traidores ou opositores do regime eram inseridos para que tais figuras fossem perseguidas e enviadas para campos de prisioneiros, o sistema Gulag, ou execuções. Notadamente, o destino cruel não era reservado apenas aos opositores do regime, mas também aos seus apoiadores ou aqueles que permaneceram isentos que, por algum motivo, foram considerados traidores ou meros obstáculos para o regime stalinista.

Na Ucrânia, país integrante da União Soviética no qual a maior parte dos habitantes era contrária à política comunista de Moscou, especialmente pela expropriação de suas terras e os frutos dela, Joseph Stalin promoveu uma [política de morte pela fome](#), conhecida como Holodomor, que foi acobertada pelo regime até seus últimos dias, sendo negada até hoje pelos defensores do socialismo. O Holodomor deveria ser motivo mais que suficiente para que todo o mundo desprezasse o socialismo, não sendo razoável que um indivíduo que conheça tal capítulo abominável da história da humanidade ainda insista em defender tal regime, assim como o Holocausto é a maior evidência do mal que foi o regime nazista.

O assassinato daqueles que se levantam contra o regime totalitário tornou-se a regra nos movimentos revolucionários, haja vista que, o relativismo moral de seus líderes e seguidores, os permite promover a distorção da noção de certo e errado, afastando a ideia de bem e mal, logo, um revolucionário, independentemente, da posição que ocupa na esfera de poder e influência de determinado movimento, assumirá que os fins justificam os meios e estão dispostos a cometerem atrocidades se está for em defesa da revolução.

Leandro Costa

Não existe resquício de moralidade em alguém que promove a mutilação de crianças em prol de uma ideologia de gênero ou o [assassinato indiscriminado de seres humanos em fase intrauterina](#), com o agravante que seja a própria mãe coautora de tamanha atrocidade. Não haveria maior vitória para o mal que matar um inocente e, ao mesmo tempo, corromper a alma da mãe dele, ao fazer com que ela seja tão vil que atente contra a vida daquele que deveria defender com todas as forças.

Recentemente, após um alerta do atual Chefe de Estado americano, Donald Trump, acerca de possível risco de crianças nascerem com autismo devido ao uso de um determinado medicamento durante a gestação, diversas mulheres adeptas do espectro da esquerda se lançaram em um movimento em que se filmavam grávidas e consumindo a fármaco mencionado pelo presidente daquele país. O espantoso é que tais mulheres faziam uso do medicamento sem precisarem e ignoravam que há estudos apontando para tal risco, de maneira que, mesmo sem qualquer necessidade, colocaram a saúde de seus filhos em risco para demonstrar repúdio a Donald Trump, deixando evidente que estão dispostas a arriscarem aquilo que deveriam considerar como mais precisos em nome de sua nefasta agenda.

Procurar empatia em um indivíduo capaz de dar cabo de seu filho inocente e indefeso para que a ideologia que já matou milhões avance sobre o mundo é como procurar uma agulha no palheiro, portanto, não há como tentar sensibilizar quem assume que seus opositores deveriam ser levados a um bom paredão para receberem uma boa bala e uma boa cova, pois tais criaturas já abdicaram de valores morais e se alimentam de sua própria ganância, inveja e soberba, acreditando que seus vícios se tornam virtudes quando estão a serviço da revolução.

A crueldade passa a ser um fator de orgulho para aqueles que se acreditam promotores de uma revolução que libertará a humanidade de seus tabus, ignorando que as tradições decorrem da natureza humana e das sociedades que dela se desdobram. Tal quais os revolucionários de outrora tentavam justificar suas atrocidades em nome de uma utopia, as hordas atuais que ocupam o espectro da esquerda, tentam anular todo aquele que se coloque como obstáculo a sua escalada ao poder, estando dispostos a derramar sangue até de crianças para conquistarem seus propósitos nefastos, porque, para eles, os fins justificam os meios e como não há bem ou mal, tudo é relativo e que se opõe a loucura que pregam apesar de ter sido comprovada sua podridão em todo lugar que o coletivismo fora implantado.

Não foi obra do acaso que os [seres mais abjetos do mundo ocidental](#) saíram de suas valas imundas para comemorar o assassinato covarde de Charlie Kirk, uma vez que, o ativista conservador americano promovia debates que exigiam reflexão a respeito de políticas e conceitos que dominam o pensamento revolucionário, expondo as mentiras e distorções contidas nas narrativas e ideais da esquerda, algo que fez dele um obstáculo ao avanço das hordas virulentas e, por tal motivo, um alvo do ódio bestial dos revolucionários.

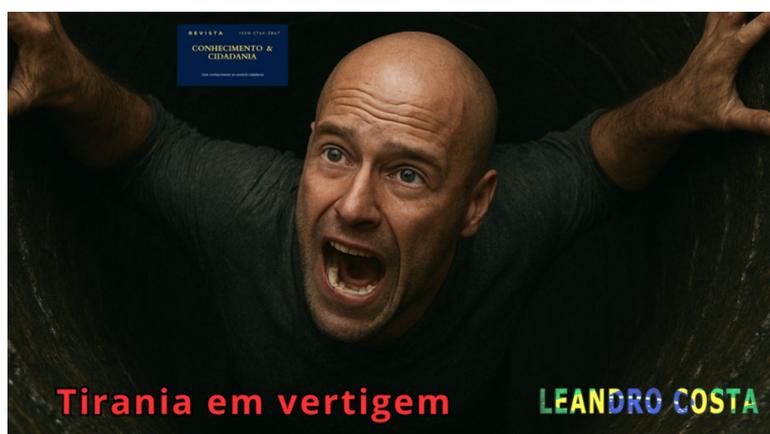
Leandro Costa

Charlie Kirk ameaçava a esquerda com uma arma que ela é incapaz de combater, [a verdade](#), por isso, precisava ser violentamente extirpado do debate, pois, sua presença deteriorava as bases da esquerda e, cada vez mais, levava, principalmente, os jovens e alguns adultos a perceberem que a ilusão encobria uma realidade na qual a revolução socialista é um câncer que destruirá cada um que ouse se levantar contra ela, seja por sua oposição, como fizeram com o próprio Charlie Kirk, por sua omissão e, no caso dos apoiadores, por perderem a utilidade ou se tronarem ameaças aos senhores que assistem a tudo das sacadas de suas torres de marfim.

As mortes de Charlie Kirk e de Miguel Uribe, além de atentados contra Jair Bolsonaro e Donald Trump, apontam que os [autointitulados defensores da democracia e antifascista](#), são os verdadeiros empecilhos à democracia real, pois defendem a política do partido único ou das bandeiras irmãs, hipóteses em que só a esquerda pode governar, sendo dona do poder, mesmo que isso custe a eliminação daqueles que pensam diferente.

A revolução socialista é assassina, do útero aos campos de trabalho forçado, não se permitirá confrontar, mas cairá podre porque sua essência é artificialmente idealizada, não havendo relação com a natureza humana. Será necessário que cada um guarde força e sabedoria para os tempos vindouros e que os mártires não sejam esquecidos pelos que restarem de pé quando finalmente tombarem as hordas daqueles que há tempos espalham rastros de sangue inocente.

Leia também: [Tirania em vertigem](#)



Virtude

A carta na manga do ser humano



Nesta apresentação quero propor um espaço para trazer uma ideia que se aplicada adequadamente pode promover uma mudança importante e para melhor, em nossa sociedade.

Um mundo novo e melhor é possível através da prática das virtudes humanas; ao fim desta apresentação, pretendo deixar claro, como, quando aplicar a prática das virtudes humanas na construção desse nobre ideal. Longe de apresentar um mundo perfeito, quero tratar de um espaço aberto por nós mesmos, para que o ser humano expresse o melhor de si.

Faz séculos, desde a história conhecida que as pessoas sonham com um mundo mais justo, fraterno e seguro, mas seus esforços, se não inúteis, estão longe do resultado esperado; isso acontece porque sem as ferramentas adequadas é impossível que a construção de qualquer objeto tenha sucesso.

Estas ferramentas são alcançadas através de uma educação filosófica verdadeira que nos permitirá colocar cada um desses tijolos que chamamos de virtudes, em seu devido lugar.

Mas afinal, o que são virtudes?

Virtudes são qualidades muito poderosas que dão o tom do ser humano, levando à sua máxima expressão; são as virtudes que dão identidade ao ser humano e só têm validade se colocadas em prática, caso contrário serão apenas letras escritas em qualquer base; as virtudes são fundamentais para a elevação moral do homem em geral.

Edson Araujo

Sabendo agora o que são virtudes, deixo aqui alguns exemplos: honestidade, cortesia, generosidade, justiça, bondade...

Sendo as virtudes o elemento que traz o que há de melhor no homem e sendo ele mesmo o protagonista dessa construção, temos a certeza de que a prática das virtudes humanas, é só ela, pode promover uma sociedade com o maior nível de consciência.

Para se ter uma ideia do poder das virtudes, proponho um exercício de imaginação: Imaginemos um momento em que a sociedade atual decida selar um pacto entre si, onde decidisse devidamente, uma, apenas uma virtude.

A partir daquele momento, todos seriam apenas justos uns com os outros, ou fraternos, generosos ou quem sabe honestos...

Creio que um pacto formado com base em apenas uma virtude resolveria um sem número de problemas em nossa sociedade, e teríamos sem dúvida uma sociedade irreconhecível!!

Mas como aplicar as virtudes? Primeiro há que aprender sobre elas e saber que sua prática é inegociável.

Onde aplicar? Em todo o tempo, espaço e circunstância. Quando? Hoje, aqui, agora e daí por diante... Então, mãos à obra?

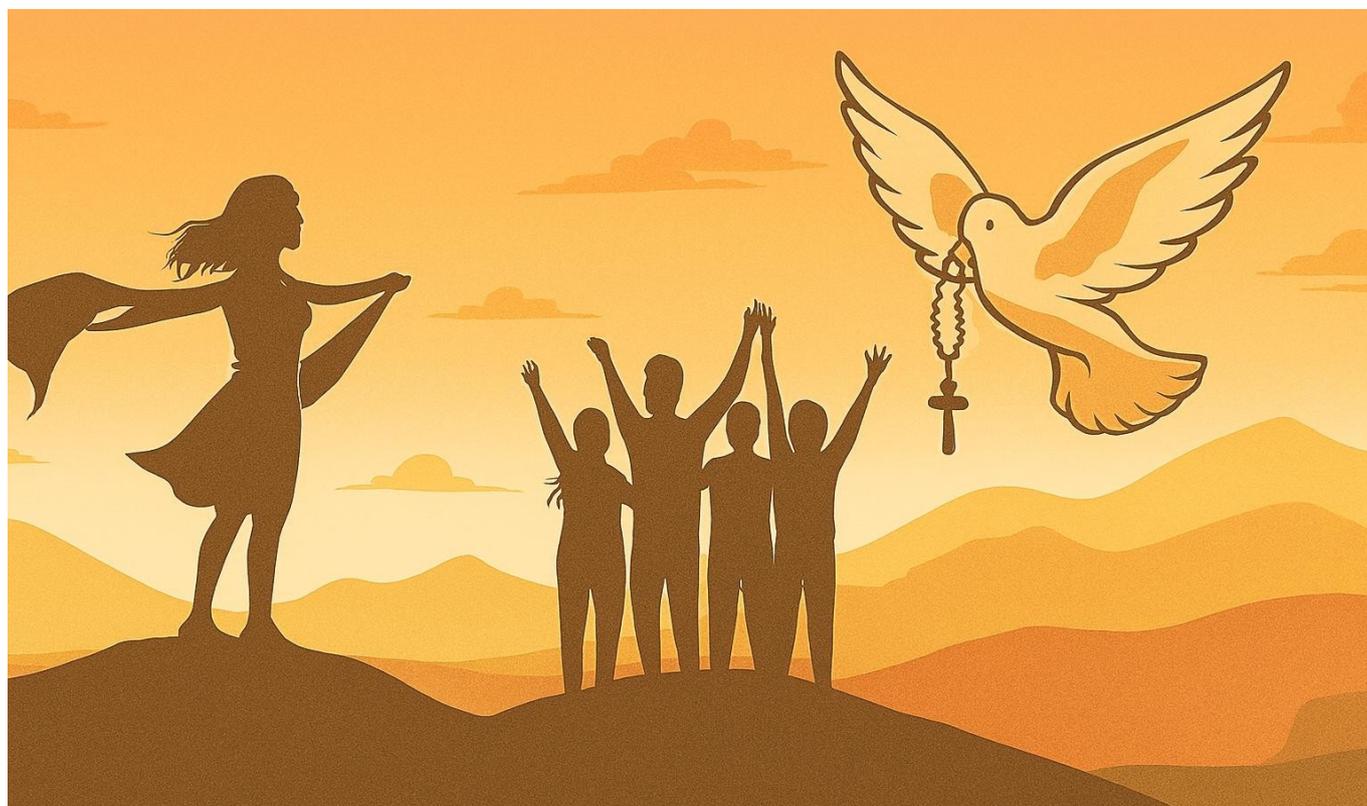
Lembro que somos os únicos seres capazes de portar as virtudes humanas é isso deixa claro, nossa responsabilidade e protagonismo na construção de um mundo novo e melhor.

Que Deus abençoe nossa jornada!!!

Leia também: [A chegada do inverno](#)



Liberdade Objetiva e Subjetiva O Encontro entre o Eu, o Nós e o Tu Divino



A liberdade é um dos conceitos centrais da filosofia e da teologia cristã. Desde a Antiguidade, pensadores buscaram compreender sua natureza, seus limites e sua realização. No horizonte filosófico, ela pode ser entendida em duas dimensões: a subjetiva, ligada à experiência interior do indivíduo, e a objetiva, relacionada às condições sociais, políticas e históricas que tornam a ação possível.

Essas dimensões se articulam com as esferas do eu (a interioridade e a consciência pessoal) e do nós (a coletividade, as instituições e a vida em comum). No entanto, a tradição cristã acrescenta uma terceira dimensão: o Tu divino, isto é, a relação com Deus, fonte última da liberdade. Como afirma o Concílio Vaticano II: “A verdadeira liberdade é sinal eminente da imagem divina no homem. Deus quis deixar o homem entregue à sua própria decisão, para que assim busque espontaneamente o seu Criador e, aderindo livremente a Ele, chegue à plena e feliz perfeição” (Gaudium et Spes, n. 17).

Liberdade Subjetiva: A Esfera do Eu

A liberdade subjetiva é a experiência íntima de autonomia, de sentir-se capaz de escolher e agir. Uma jovem que decide estudar artes em vez de seguir a carreira que sua família esperava; alguém que escolhe não usar redes sociais para preservar sua paz interior, uma pessoa que decide perdoar uma ofensa

Juliette Oliveira

grave, não por imposição, mas por convicção espiritual são manifestações da liberdade subjetiva, no último caso em sua forma mais elevada.

Na filosofia, Jean-Paul Sartre afirma que o ser humano está “condenado à liberdade”, pois não pode escapar da responsabilidade de escolher (O Ser e o Nada). Immanuel Kant sustenta que a liberdade é a capacidade de agir segundo a razão prática, obedecendo às leis que o próprio sujeito reconhece como universais (Fundamentação da Metafísica dos Costumes).

Na teologia, Santo Agostinho ensina que a verdadeira liberdade consiste em “não poder pecar”, isto é, em orientar a vontade para o bem. São Paulo declara: “Foi para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5,1), indicando que a liberdade subjetiva encontra sua plenitude quando orientada para o amor. Aqui, a liberdade subjetiva é um exercício de autodeterminação espiritual: o eu se reconhece como criatura livre, chamada a cooperar com a graça.

Liberdade Objetiva: A Esfera do Nós

A liberdade objetiva refere-se às condições externas que tornam a liberdade possível ou a restringem: um cidadão que deseja expressar suas opiniões políticas, mas vive em um país onde há censura; um trabalhador que sonha em empreender, mas não tem oportunidade devido às altas tributações do seu país. Uma comunidade que garante a seus membros o direito de professar a fé sem perseguição assegura a liberdade objetiva; uma paróquia que promove a inclusão cria condições para que cada pessoa viva sua vocação cristã.

Na filosofia, Hegel afirma que a liberdade só se concretiza plenamente no “espírito objetivo”, isto é, nas instituições, nas leis e na vida ética compartilhada (Princípios da Filosofia do Direito).

Na teologia, Tomás de Aquino ensina que a lei justa é aquela que ordena a vida comum ao bem comum, criando condições para que cada pessoa realize sua finalidade última (Suma Teológica, I-II, q. 90). O Concílio Vaticano II reforça: “A dignidade humana exige que o homem atue segundo a sua consciência e por livre adesão, não coagido por força externa” (Dignitatis Humanae, n. 2). Aqui, a liberdade é uma conquista coletiva: o nós cria as condições para que cada eu possa florescer.

A literatura e o cinema também revelam a tensão entre liberdade subjetiva e objetiva.

Na literatura: em 1984, de George Orwell, a liberdade objetiva é esmagada por um regime totalitário. O protagonista, Winston, ainda preserva uma centelha de liberdade subjetiva ao manter pensamentos íntimos, mas sem o respaldo de uma comunidade justa, sua resistência é sufocada.

No cinema: em A Vida é Bela, de Roberto Benigni, Guido, mesmo aprisionado em um campo de concentração, preserva sua liberdade subjetiva ao transformar o horror em esperança para o filho. Esse

Juliette Oliveira

gesto ecoa a liberdade cristã, que não depende apenas das circunstâncias externas, mas da fidelidade interior ao amor.

Essas obras mostram que a liberdade não é apenas um conceito abstrato, mas uma experiência vivida, marcada pela tensão entre o íntimo e o social, entre o eu e o nós, e, no horizonte da fé, entre a criatura e o Criador.

A Articulação entre Eu, Nós e Deus

A liberdade subjetiva e a objetiva não são opostas, mas complementares:

- O eu precisa do nós para que sua autonomia não seja apenas um sentimento, mas uma realidade concreta.
- O nós precisa do eu para não se tornar uma massa homogênea, mas uma comunidade de sujeitos singulares.
- Ambos, eu e nós, encontram sua plenitude quando abertos ao Tu divino, pois é em Deus que a liberdade se torna vocação ao amor e à eternidade.

Como afirma São João Paulo II: “A liberdade não consiste em fazer tudo o que se quer, mas em ter o direito de fazer o que se deve” (Veritatis Splendor, n. 35).

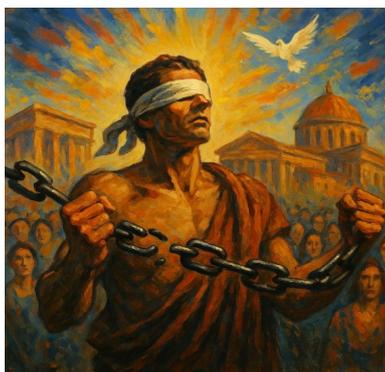
A liberdade é, ao mesmo tempo, interior e exterior, individual e coletiva, mas também humana e divina.

- No eu, ela é consciência, escolha e responsabilidade.
- No nós, ela é direito, reconhecimento e vida em comum.
- No Tu divino, ela é plenitude, pois só em Deus a liberdade se torna eterna e verdadeira.

Assim, a liberdade não é apenas um direito ou um sentimento, mas uma vocação: viver como filhos e filhas de Deus, em comunhão com os outros, construindo uma sociedade justa e aberta ao amor.

Em outras palavras: a liberdade é o diálogo constante entre o eu que deseja, o nós que possibilita e o Deus que chama.

Leia também: [Liberdade e Legado](#)



Quando a ordem natural é subvertida



Se o mundo fosse um lugar onde a racionalidade e o senso de proporções imperassem, poucas coisas – ideias, em especial – resistiriam a alguns simples testes de realidade. Não há nada mais eficiente para avaliar uma ideia (ou ideologia, mesmo) do que observar seus extremos: de onde ela veio e o que ela produziu. Tivéssemos essa capacidade, o comunismo, por exemplo, já teria se transformado em objeto de escárnio por boa parte do mundo civilizado, e não ensinado em salas de aula como a solução para as desventuras sociais pelas quais o planeta passa desde que o mundo é mundo.

Deveria ser assim sempre: onde e como isso surgiu, e o que produziu de concreto. Mas, infelizmente, não é assim. Uma parte considerável da humanidade é movida pela sede de poder, pela ganância, pela ambição, pela inveja e por um materialismo descontrolado que mantém de pé todo o sistema que convencionamos chamar de globalista, que manipula de forma sagaz todas as nossas mediocres e peculiares fraquezas, em especial, a vaidade. Quando John Milton, que na verdade é o próprio Satanás, personagem vivido por Al Pacino em “O Advogado do Diabo” (*de 1997, dirigido por Taylor Hackford e distribuído pela Warner Bro.*), diz no final do filme que a vaidade é o seu “pecado favorito”, ele está revelando a principal ferramenta de controle e manipulação que usa para tornar o mundo um lugar pior a cada dia. É a confirmação da máxima do Rei Salomão que, em forma de alerta, disse: “Tudo é vaidade”, expressão que repete várias vezes no Livro de Eclesiastes. Salomão, homem

Neto Curvina

mais sábio que já existiu, entrou e saiu do sistema. E uma das finalidades desse livro sapiencial é mostrar que ele – o sistema – não vale a pena.

Entretanto, toda essa indústria de ilusões não poderia funcionar sozinha sem um suporte sofisticado e capilarizado em todos os setores das sociedades. Uma estrutura insuspeita que foi concebida e é a cada dia mais aperfeiçoada, para garantir que o sistema se mantenha no poder e deixe cada vez mais estreito o campo de ação para qualquer tipo de resistência, mas sem chamar a atenção para isso. Uma arma discreta, perfeitamente disfarçada de modo a parecer à parte de tudo isso, mas que dia após dia garante a eficiência e – o pior – a permanência dos poderes que controlam a humanidade. Algo que se infiltrasse nos sistemas legais internacionais e fosse aos poucos corroendo as estruturas que formam a criação e a aplicação de leis, de modo a sempre blindar aquilo que fosse conveniente para a manutenção do controle.

Mas, para que possamos entender esse intrigante e sombrio horizonte, precisamos antes compreender um pouco sobre a natureza das leis, não sob a ótica fria de um materialismo fabricado sob encomenda, mas sob a ótica da preservação da humanidade a partir dos elementos indispensáveis para sua sobrevivência e continuidade. Porque uma coisa é sobreviver a algo, e outra, é permanecer vivo.

A primeira barreira a ser transposta é a da “ordem natural das coisas”. Podendo significar muita coisa ou quase nada, essa expressão curiosamente expõe uma ideia de contradição em si mesma: que existe uma ordem e, portanto, algo ordenado, ao mesmo tempo em que essa ordem é natural, ou seja, é intrínseca à natureza das coisas. Uma ideia que nos ocorre quando olhamos para o mundo à nossa volta além dos homens, com toda a sua complexidade cíclica e ininterrupta, que faz sempre a lua crescente vir depois da lua nova, e o verão após a primavera. É o que temos: a natureza além dos homens é perfeitamente ordenada em qualquer uma de suas dimensões cósmicas. É natural, portanto, essa ordem. Mas por que isso se torna uma barreira a ser transposta? Por conta de uma questão lógica: a ordem não surge por acaso, é necessário que alguém a estabeleça, caso contrário o caos se impõe no ambiente. Mas se eu preciso combater a ideia de uma “ordem natural” e tudo o que dela deriva, ainda que com intermináveis evidências, o que eu preciso fazer não é combater o ordenamento, mas o “alguém” que o gerou. E por isso cada geração tem a sua tentativa de impor uma “Nova Ordem Mundial” que, no fundo, é a tentativa de remover a causa primeira do ordenamento e tudo aquilo que possa ser usado para defendê-la ou subsidiá-la dialeticamente. Então toda a ideia de sociedade como a Ordem Natural das Coisas concebe, deve ser subvertida, deturpada, desconstruída e, por fim, submetida. E isso deve acontecer em todos os níveis existentes de uma sociedade, por isso revoluções após revoluções têm reescrito a histórias das nações de modo a adequá-las a um (admirável) mundo novo, onde o relativismo moral e espiritual dita as

Neto Curvina

regras de cada setor, se subdividindo em intermináveis ideologias e sistemas políticos, que têm como alvo final arrancar o homem da Ordem Natural das Coisas e remodelá-lo à imagem e semelhança de anjos caídos, alijado de freios éticos e cercas de proteção intelectual.

E então temos as narrativas. Essa importante ferramenta de manipulação funciona desde os tempos imemoriais, quando, segundo Josefo, Ninrode prometia aos que trabalhavam na construção de sua torre, em Babel, proteção contra o “tirano” que havia devastado o mundo com um dilúvio há pouco tempo (*Flávio Josefo. A História dos Hebreus.*). A cada nova era, cada nova geração, uma narrativa após a outra é engendrada com o intuito óbvio e direto de afastar Criador e criatura, em um ataque contínuo e sistemático à tradição judaico-cristã. Cada nova era tem o seu Ninrode. E nem precisa ser um exímio historiador ou um teólogo habilidoso para constatar essa realidade. Basta observar o gradativo e constante declínio moral e espiritual pelo qual a humanidade passa, enquanto a sabedoria original é posta de lado, e narrativas que se travestem de ideologias hostis a ela e teorias críticas avançam sobre toda a estrutura de formação de pensamento que se tem notícia. É preciso adentrar os centros “científicos”, e dar a essas narrativas roupagens de igual natureza, para que o sistema possa inseri-las na sociedade sem ser incomodado. O comunismo não deixou de ser “utópico” para ser “científico” por acaso. Ele precisava ser ensinado nas escolas e universidades como algo além do empírico, em contraponto com os textos sagrados, que passaram a ser tratados como lendas, fábulas, anacronismos e mitos. Ter fé passou a ser sinal de ignorância ou superstição, andar conforme a Lei de Deus, começou a ser tratado com desdém e deboche. A “onda” é ser “descolado” ou “antenado”, sem freios e sem limites. Pouco a pouco todos os elementos essenciais para uma boa educação foram sendo defenestrados dos sistemas educacionais. Disciplina, leitura sistemática, bibliografia rica, avaliações rígidas, “decência e ordem” (*I Coríntios 14:40.*), hierarquia, valores, enfim, todo o escopo educacional que produzia alunos de verdade, foi substituído por uma linha de produção de militantes globalistas, de modo que hoje, somente no Brasil, 3 em cada 10 brasileiros são considerados analfabetos funcionais. Na última avaliação do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos, sigla em português), entre 81 países avaliados, o Brasil ficou na 65ª posição em matemática, 53ª em leitura e 61ª em ciências. Mas que ninguém se iluda ou entre em pânico, porque isso encerra duas realidades, sendo que a primeira é: vai piorar. E a segunda: tudo isso foi precisamente calculado por aqueles que tomaram o poder desde a redemocratização, no final dos anos 80.

E por que vai piorar? Porque quem tomou o poder precisa de uma sociedade cada vez mais ignorante e alijada do componente espiritual para poder continuar controlando-a. E para isso conta com o poderoso aporte de um sistema que controla mídias, multinacionais, meios de comunicação, sistemas educacionais, “ciências”, políticos, legisladores e qualquer outra instância que possa ser útil para o seu

intento. Quando o Espírito Santo revela que “*O mundo inteiro jaz no maligno*” (*I João 5:19.*), é disso que ele está falando.

As revoluções e a Institucionalização do antinatural.

Após a era das grandes revoluções, que fizeram a transição entre as idades históricas, até meados da Revolução Russa, o mundo ainda era um lugar de tensões possíveis, então era preciso encarcerar futuras tentativas de ruptura. Os revolucionários sabiam que poderiam ser vítimas do próprio veneno, e se apressaram em redesenhar os arcabouços políticos e ideológicos do Ocidente, a partir de ideias e “teorias” travestidas de “justiça social” e, quando sobrava espaço, de “ciência”, um argumento milenar que, trabalhado de forma eficiente, junto ao medo, produz uma turba patética de fantoches, reciclada de rupturas anteriores. É como diz Gasset: “A rebelião das massas é a mesma coisa que o fabuloso crescimento que a vida humana experimentou no nosso tempo. Mas o reverso do mesmo fenômeno é aterrador; visto por esse lado, a rebelião das massas é o mesmo que a radical desmoralização da humanidade” (*Ortega Y Gasset. A Rebelião das Massas.*). Ou seja, era preciso institucionalizar a “anti-rebelião”, criar mecanismos dentro dos Estados, disfarçados sob o manto da “legalidade”, que tornassem o ato de não se adequar à narrativa revolucionária, não apenas uma ameaça, mas um crime. E, diga-se de passagem, não se adequar à narrativa revolucionária nem de longe se resume à ideia de uma contrarrevolução, mas abarca todo o universo herdeiro da tradição judaico-cristã e, conseqüentemente, um universo conservador. Os homens não são cristãos porque são conservadores, é exatamente o contrário. Mas isso também, em algum momento, seria criminalizado de forma velada.

O que se viu foi a criação de um monstrego que atende pelo nome de juristocracia. Uma ideia de contornos sombrios, assim nomeado pelo cientista político canadense Ran Hirschl, que consiste na transferência de poderes em um estado democrático de direito – ou não necessariamente – para o seu judiciário. É o que em último caso passou a ser chamado de “ditadura da toga”. Essa ideia, supostamente recente, não tem nada de nova, mas, é claro, se intensificou de forma mais contundente no Ocidente globalizado, onde os poderes que operam além das fronteiras internacionais controlam governos inteiros, direta ou indiretamente. A juristocracia é a arma que o sistema usa para determinar o que é ou não é crime de acordo com a narrativa que lhe é mais conveniente. Esse enredo, que mais parece um roteiro saído de uma ficção de Orwell, Huxley ou Wells é algo cada vez mais vivenciado por nações que lutam para se reconhecerem como democráticas. Em países como Venezuela e Nicarágua, por exemplo, isso não é mais necessário.

Neto Curvina

“A pior ditadura é a ditadura do Poder Judiciário. Contra ela não há a quem recorrer” (Rui Barbosa)

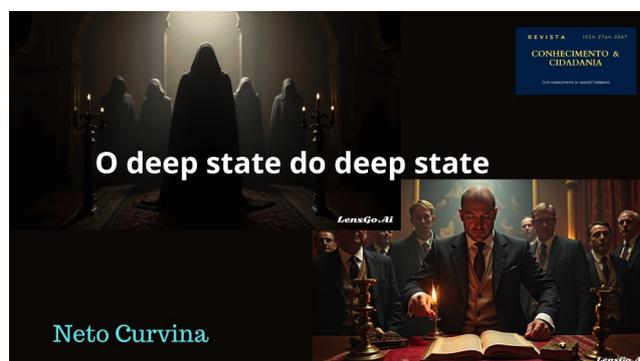
Obviamente era preciso construir não somente a estrutura jurídica para fazer o mecanismo juristocrático funcionar, mas também a estrutura legal. O direito tal qual conhecemos, em si, carece de precisão, posto que se sustenta em dois pilares absolutamente subjetivos: convencimento e entendimento. Quando Bobbio diz que “não há porque ter medo do relativismo” (*Norberto Bobbio. A Era dos Direitos.*), ele sabe exatamente o que pretende. A priori, pensa-se que se trata de uma mera questão dialética, mas não é. Como se diz nos dias de hoje no debate cultural: “Há método”. Relativismo e subjetivismo andam de mãos dadas com sua mamãe conveniência. E a essa família se submete os conceitos de convencimento e entendimento. E todo esse rio caudaloso deságua no que conhecemos como Lei Positiva, a matéria-prima da juristocracia, como bem observa Geisler: “O ‘prisma legal’ da lei positiva, portanto, se caracteriza por dois princípios centrais: 1) não há nenhuma ligação necessária entre moralidade e lei; e 2) a validade legal é determinada em última instância em relação a certos fatos sociais básicos. Isto faz que a lei positiva seja subjetiva, porque ela se baseia em normas sociais relativas que diferem em várias culturas, experiências e situações. Os defensores da lei positiva insistem em que a lei é determinada pela humanidade e, portanto, as autoridades humanas são soberanas sobre ela. Este entendimento da lei conduz à ideia de que a humanidade também é soberana sobre a vida e determina o seu valor.” (*Norman Geisler. Fundamentos Inabaláveis.*). Notaram alguma semelhança com “Meu corpo, minhas regras” ou “Você pode ser o que quiser”, transformados em algum tipo espúrio de legislação e criminalizando qualquer um que pense o contrário? Entenderam agora o que está protegendo as “teorias críticas”? As mentes por trás deste desastre vão de Nietzsche, com seu niilismo, até o utilitarismo de Bentham e John Stuart Mill, e claro, com a devida contribuição “científica” de Darwin e Marx. O sistema é tão bruto, que cuidou em transformar em lenda urbana as teorias de que nazismo e fascismo só foram possíveis graças ao positivismo. Sim, claro, tudo teoria da conspiração, sem dúvida. Mas só para quem ainda não se debruçou para fazer o contraponto necessário entre o positivismo e a tradição judaico-cristã, e perceber que, assim como Marx, Conte desenvolveu uma, digamos, corrente filosófica, para afastar as pessoas da sua fé. Qualquer um que conheça os fundamentos de uma ou de outra corrente, e não perceber que o alvo, no final das contas, é a fé tradicional, talvez precise olhar de novo como mais calma.

Em suma, toda a estrutura pós-moderna está sustentada em pilares globalistas anticristãos, enquanto vende a imagem de “tolerante”, “democrática”, “sustentável” e preocupada com o bem-estar social. É essa mesma estrutura que gera projetos diabólicos como uma agenda que tem como mote “Você não terá nada e será feliz”, e que, como diz Paulo, ao se referir ao anticristo e sua obra: “se opõe e se

Neto Curvina

levanta contra tudo o que se chama Deus, ou se adora...” (*II Tessalonicenses 2:4*). E logo, logo, mais cedo do que se imagina, será (será) crime previsto em lei – ou talvez nem seja preciso – se opor a ela.

Leia também: [O deep state do deep state](#)



JUSTIÇA OU VINGANÇA?



Estamos nos aproximando do final de 2025 e nosso país segue dividido. O lema adotado pelo governo federal "União e Reconstrução" nunca passou de um lema. A sociedade segue dividida e o ódio tem se espalhado, substituindo a simples oposição de lados divergentes. É como se não tivéssemos mais facções políticas, mas praticamente torcidas rivais que extrapolam os objetivos de seus objetos de paixão — no caso, a política partidária — e invadem a seara do ódio e da destruição mútua das reputações. No Brasil, a racionalidade, a razoabilidade e a justiça parecem ter cedido lugar ao interesse pessoal, à rivalidade e à vingança.

O mais recente exemplo sobre este grave problema nacional se materializa nas manifestações a favor e contrárias à anistia, não só aos presos do 8 de janeiro de 2023, mas também a todos os que foram investigados ou indiciados por supostamente atentarem contra a democracia. Os debates ocorrem nas ruas e nas redes sociais. O observador distraído poderia pensar que a dificuldade de consenso sobre o tema poderia vir de um certo ineditismo desta medida, mas a história nos mostra que a anistia no contexto brasileiro pode ser tudo, menos inédita.

Mas será a anistia uma solução para as crises que enfrentamos? Crise institucional, de identidade coletiva e de justiça? No contexto atual, uma anistia semelhante para os envolvidos nos eventos de 8 de janeiro seria mais que uma questão de justiça, considerando que nem todos os participantes cometeram atos de invasão ou depredação. Muitos são idosos, motivados por convicções políticas; outros são jovens, incluindo crianças, mas todos estavam desarmados. As manifestações prévias nas entradas de quartéis se mantiveram pacíficas e não havia qualquer mobilização no sentido de usar de força ou violência contra o Estado, prédios públicos ou pessoas. A análise do desenrolar dos fatos no 8 de janeiro mostra que há evidências de facilitação à invasão, seja ela proposital ou descuido por parte das forças de segurança. Para além dos manifestantes, existem relatos de infiltrados, o que poderia sugerir elementos externos ao grupo principal, que poderiam ter incitado atos criminosos, disparando o conhecido "efeito manada".

Mauricio Motta

São muitas questões que, em um clima de normalidade jurídica e institucional, levariam naturalmente à anistia, no mínimo para fins de pacificação. Mas a anistia é um expediente conhecido e aplicado ao longo de nossa história? É quase certo que os leitores lembrarão da famosa "anistia ampla, geral e irrestrita" de 1979. Mas temos apenas este precedente?

A anistia tem sido um mecanismo constitucional recorrente na história brasileira, utilizado para restaurar o equilíbrio social e jurídico, após períodos de tensão social, política e até militar. A Lei nº 6.683 de 1979, que concedeu anistia ampla, geral e irrestrita a crimes políticos e conexos entre 1961 e 1979, exemplifica como esta medida pode facilitar transições democráticas, promovendo reconciliação sem comprometer a responsabilização seletiva.

Desde 1822, o Brasil concedeu diversas anistias, muitas delas amplas para resolver conflitos políticos, conforme compilações oficiais da Câmara dos Deputados. Essas medidas não ignoravam a lei, mas buscavam equilíbrio ao perdoar atos motivados por contextos coletivos, preservando a ordem sem perpetuar divisões.

Em 18 de setembro de 1822, D. Pedro I decretou a anistia aos portugueses opositores à Independência do Brasil. Esse ato visava pacificar o país após a declaração de independência, promovendo a reconciliação e tentando evitar conflitos internos que poderiam enfraquecer o novo império. A anistia permitiu que aqueles que haviam se posicionado contra a separação de Portugal retornassem à vida política e social sem punições. Os eventos posteriores que se estenderam até 1824, como os ocorridos na Bahia, foram tratados com o rigor da lei, consolidando a independência, com foco exclusivo nas dissidências.

Nos anos de 1830, período em que estivemos sob as Regências, ocorreram decretos regionais, como o de 11 de outubro de 1833, que concedia anistia em razão das comoções sociais e políticas ocorridas na província do Maranhão. Também o decreto de 4 de novembro de 1833, que concedeu anistia aos oficiais e praças do corpo de artilharia da Marinha pronunciados e presos pelos acontecimentos de outubro de 1831, onde a individualização das participações foi observada, evitando injustiças. Encontramos ainda o decreto de 19 de junho de 1835, que concedeu anistia aos envolvidos em crimes políticos até o fim do ano anterior nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Avançando ao período do segundo reinado, em 1º de março de 1845, foi assinado o Tratado de Ponche Verde, concedendo anistia ampla aos participantes da Revolução Farroupilha, com integração de rebeldes ao Exército, promovendo equilíbrio regional e favorecendo a integração nacional.

Nos primeiros anos do período republicano, em 6 de setembro de 1895, o decreto do presidente Prudente de Moraes anistiou participantes da Revolução Federalista e da Armada, de forma ampla para pacificar e consolidar a República.

Mauricio Motta

Em 26 de novembro de 1910, o recém-empossado presidente Hermes da Fonseca sancionou uma lei aprovada emergencialmente pelo Congresso, anistiando os militares participantes da Revolta da Chibata. Após a rendição e devolução dos navios sequestrados, o governo determinou a prisão de todos os participantes anistiados, alegando que um novo plano de insurreição estava em curso.

No início da Era Vargas, em 11 de novembro de 1930, o Decreto nº 19.398 concedeu anistia "a todos os crimes políticos, quaisquer que sejam a sua natureza, os seus autores e os seus cúmplices, os delitos decorrentes desses crimes e os crimes militares, desde que praticados com intenção política, ou a serviço de movimento político". Ficavam anistiados também "os funcionários públicos civis e militares, que foram exonerados, demitidos, reformados ou postos em disponibilidade por motivos ostensiva ou ocultamente políticos".

Seguindo o governo Vargas, o decreto-lei 7.474 de 18 de abril de 1945 concedeu anistia "a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934". Esta anistia era um ato que visava facilitar alianças políticas, no contexto da crise que o governo atravessava.

Em 10 de setembro de 1945, o Decreto-Lei nº 7.943 concedeu anistia aos acusados por crimes de injúrias aos poderes públicos e aos responsáveis por crimes ocorridos por ocasião de manifestações políticas.

Com João Goulart, encontramos o Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, que foi assinado pelo vice-presidente em exercício, Auro Moura Andrade, o que na prática ampliava o alcance do Decreto-Lei 7.474 de 1945.

Até que chegamos finalmente a 28 de agosto de 1979, com a famosa Lei nº 6.683, que concedeu anistia ampla, geral e irrestrita a crimes políticos e conexos de 1961 a 1979. A Lei implícita e tacitamente reconhecia os excessos praticados por todas as partes envolvidas durante aquele período e, diante da impossibilidade de julgar à exaustão e individualizar todos os crimes, sem paralisar institucionalmente o país, anistiava a todos.

A Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, reforçou o quadro jurídico de anistias.

Pedimos perdão aos nossos leitores se todo esse rol de exemplos de anistias históricas pode parecer extenso e cansativo, mas esses precedentes demonstram que anistias amplas servem à justiça ao diferenciar intenções coletivas de atos isolados, evitando punições que exacerbem polarizações, dando oportunidade ao país como um todo a prosseguir na construção de sua história.

Os eventos de 8 de janeiro de 2023 envolvem um cenário político e social muito mais complexo e abrangente e que demandaria uma análise muito mais longa, equilibrada, individualizada, e não apenas um resumo maniqueísta que limita todo o contexto e seus participantes a uma série de eventos que

Mauricio Motta

acabam por receber o título genérico e abstrato de "atos atentatórios ao Estado Democrático de Direito". Nem todos os participantes invadiram ou depredaram os prédios dos Três Poderes; muitos permaneceram na praça, exercendo direitos constitucionais de manifestação, sem envolvimento direto em vandalismo. Relatórios indicam que uma minoria cometeu excessos, enquanto a maioria era composta por cidadãos comuns, incluindo idosos que participaram motivados por convicções políticas e sentimentos de defesa patriótica, sem histórico de violência. Punir esses grupos de forma indiscriminada violaria princípios de proporcionalidade jurídica, gerando ainda mais divisão e insegurança.

Ademais, a escalada dos eventos sugere falhas externas: indícios de facilitação pelas forças de segurança, como omissões em barreiras e alertas ignorados pela Força Nacional, criaram condições para o descontrole. Há relatos de infiltrados — elementos externos que teriam incitado vandalismo para desacreditar o movimento — o que reforça a necessidade de distinções justas, evitando condenações baseadas em narrativas simplificadas.

Esses elementos demandam equilíbrio: uma anistia ampla como a de 1979 permitiria ao país retomar sua caminhada institucional no sentido do real atendimento dos objetivos presentes no art. 5º da Constituição Federal.

Finalmente, gostaríamos de trazer à lembrança a pena imposta ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, o conhecido Tiradentes. Sua morte se deu por enforcamento em praça pública; seu corpo foi esquartejado; sua cabeça salgada e exposta no alto de um poste em Vila Rica (atual Ouro Preto); os demais membros exibidos ao longo do caminho desde a corte (Rio de Janeiro) até Vila Rica; sua casa demolida e o solo salgado para que nada mais ali crescesse. O conjunto cruel e sanguinolento desta condenação servia a um propósito bastante específico: que qualquer pessoa que seguisse os mesmos ideais, soubesse que teria o mesmo fim. Que servisse de exemplo!

Os contrários à anistia aos participantes do 8 de janeiro e a todos os demais incluídos nos inquéritos, que se reúnem em torno da suposta defesa da democracia, querem justiça ou vingança? Querem a pacificação ou a criação de milhares de novos alferes, exibidos em praça pública como exemplos atuais dos mesmos objetivos do passado? A resposta parece ser bem resumida na máxima: não usem estar no caminho dos detentores da democracia.

Leia também: [Maquiagem e estética para o baile Educacional Brasileiro](#)



A atuação da imprensa no contexto político atual



Em 10 de setembro, um homem jovem de 31 anos compareceu diante de uma multidão na Universidade de Utah com um único objetivo: dialogar. Ele realizava este trabalho desde 2012, quando criou a Turning Point USA.

Porém, neste dia, alguém resolveu que não queria dialogar. Tudo bem, nem todos querem. É normal alguém não sentar para debater ideias e alegar inúmeros motivos para isso. O que não é normal em uma sociedade saudável é executar seu opositor. E foi isso que fizeram com Charlie.

Diante daquela multidão, alguém apertou o gatilho e acertou sua jugular. Imagens captadas de diversos ângulos registraram a fatalidade. A cena era semelhante à de filmes de ação, onde um inocente é alvo de bandidos. Infelizmente, o ocorrido não surgiu das páginas de nenhum escritor de livros policiais ou de novelas. O ocorrido foi real.

Horas após o atentado, Charlie não resistiu e veio a óbito. A notícia, semelhantemente às labaredas de fogo que consomem a pólvora, se espalhou pelo mundo. Infelizmente, foi neste dia que tomei conhecimento de sua existência.

A primeira pergunta que surge em nossa mente é “*Por quê?*”. Por que alguém teria interesse em executar em plena luz do dia aquele que somente queria conversar? Bom, se até com Nosso Senhor Jesus Cristo fizeram isso, quem somos nós, meros mortais, para não sofrermos? O que

Danielly Jesus

aconteceu com Charlie não é um mero fato isolado, mas há um agravante: a participação da imprensa.

Talvez o leitor especule ser um exagero de minha parte falar isso, mas como jornalista, não posso me furtar em dizer a verdade, ainda que doa admitir: a profissão que escolhi aos meus catorze anos se “casou” com a ala progressista e trabalha incansavelmente para destruir seus opositores.

Antes, o discurso nas redações tratava de apurar a verdade; hoje, trata-se em dar voz a apenas um lado da história, e criou um inimigo imaginário que povoa as mentes dos mais raivosos: a “*extrema-direita*”.

Fiz uma breve pesquisa sobre quem cunhou este termo grotesco e descobri que é mais antigo do que eu suponha. Contudo, graças à imprensa, as pessoas repetem algo que não fazem ideia do que signifique.

Perguntei ao Chat GPT sobre a expressão e eis a resposta: “*Não existe um indivíduo específico que possa ser creditado como o criador do termo, mas sim um processo histórico e jornalístico acadêmico de classificação*”. Então, já podemos ter ideia da participação da imprensa neste processo.

Em uma resposta mais aprofundada, a inteligência artificial me disse: “*O dicionário Merriam-Webster indica que “far right” (extrema-direita / muito à direita) é um termo usado no inglês desde cerca de 1906 (...) Seymour Martin Lipset, um dos teóricos políticos, usou o termo “right-wing extremism”*”.

Então fui pesquisar quem foi este tal Seymour:

Sociólogo americano, filho de imigrantes judeus russos, o homem que ajudou a popularizar o termo “*extrema-direita*”, foi severamente influenciado pela sua juventude, sua origem operária, sua nacionalidade russa, e a influência universitária a aderir ao **marxismo**, sendo um socialista ativo, embora se declarasse antistalinista.

Partindo do princípio de que quem ajudou na popularização deste termo, digamos, abjeto, tivesse aderido à linha marxista, agora a questão seria: o que Karl Marx fala sobre isso? Vamos às citações:

“*Os comunistas rejeitam dissimular as suas perspectivas e propósitos. Declaram abertamente que os seus fins só podem ser alcançados pelo derrube violento de toda a ordem social até aqui. Podem as classes dominantes tremer ante uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser as suas cadeias. Têm um mundo a ganhar.*” (Manifesto Comunista, 1848)

Danielly Jesus

E que dizia o melhor amigo de Marx, Friedrich Engels? *“A burguesia não renunciará pacificamente ao poder; ela deve ser derrubada pela força se necessário.” (Anti-Dühring, 1878).*

Após a Revolução Russa, dois personagens muito conhecidos se inspiraram em Marx e adaptaram suas ideias no país: Vladimir Lênin e Joseph Stalin, Vejamos o que eles têm a dizer:

“O proletariado só pode conquistar o poder através da luta violenta contra a burguesia e o Estado burguês.” (Lênin, O Estado e a Revolução, 1917)

“Não existe meio termo com os inimigos do povo. A revolução exige que eles sejam eliminados.” (Stalin, sem data de publicação).

Havia um terceiro elemento, que era amigo de Lênin e Stalin, e trabalhou ativamente com seus “camaradas”. Qual a sua opinião?

“A defesa da revolução socialista requer que os contrarrevolucionários sejam esmagados sem piedade.” (Leon Trotsky, História da Revolução Russa, 1930).

Poderia apresentar mais citações, que iriam desde Che Guevara até os líderes do Hamas. Contudo, penso que o material que apresentei seja suficiente. Agora, vamos relacionar isso ao papel – ridículo – ao qual a imprensa tem se prestado.

Com a morte de Charlie, as redações passaram a descrever o marido e pai de duas crianças desta forma:

“Aliado de Trump e ativista da extrema-direita: quem era Charlie Kirk” (Revista Veja, 10/09/2025)

“Influenciador de extrema-direita Charlie Kirk morre após ser baleado em universidade dos EUA” (Carta Capital, 10/09/2025)

“Morre Charlie Kirk, influenciador da extrema direita baleado durante discurso nos EUA” (NSC Total, 10/09/2025)

“Aliado de Trump, Charlie Kirk construiu carreira com ataques a LGTBs e negros” (Folha de SP, 10/09/2025)

“Trump se pronuncia após morte de influenciador de extrema direita e acusa ‘esquerda radical’ (NSC Total, 11/09/2025)

“Ativista de extrema-direita morre após ser baleado em evento conservador nos EUA” (Terra, 10/09/2025)

Eu sou jornalista, tenho meu DRT e estou na reta final de conclusão do curso. Em três anos e meio de faculdade, nunca vi um único professor citar alguém que não pertencesse à ala progressista – alguns indicam personagens ou veículos mais radicais, inclusive. Todos são exaltados com esmero

Danielly Jesus

e presteza. Já quando, em alguma aula específica, citam alguém “*outro lado*”, o fazem com desprezo, até com certa ironia e ridicularização.

Note bem, caríssimo leitor, que são estes profissionais que devem trabalhar para “*levar a verdade*” para o público, mas que, na realidade, promovem uma verdadeira lavagem cerebral a nível global. E de quem seria este interesse?

Se o leitor pensou nos “senhores do mundo” (Rockefeller, Rotschild, Soros e companhia ilimitada, acertou.

George Soros fundou a Open Society, organização que financia diversas frentes que a imprensa denomina como “liberdade”: aborto, projetos anti-armamento civil, ativismo LGBT e descriminalização das drogas. E dentro da Open Society, existe o *Project Syndicate*, voltado exclusivamente para a imprensa.

Como recomendava Walter Lippmann, em 1922, “*as opiniões devem ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa*”. Pensando nisso, a organização de Soros reúne um “*time*” de colunistas que, por uma coincidência absurda (risos irônicos), defendem as mesmas pautas.

Novamente, perguntei ao Chat GPT sobre a organização. Eis a resposta:

“O Project Syndicate é uma organização de mídia internacional sem fins lucrativos que publica e distribui artigos de opinião e análises sobre uma variedade de tópicos globais. Os artigos são escritos por líderes políticos, economistas, acadêmicos e outros especialistas renomados. As contribuições são publicadas no site oficial e distribuídas para uma ampla rede de publicações parceiras em todo o mundo.”

“O Project Syndicate conta com cerca de 80 autores que contribuem regularmente com artigos de opinião. Entre os colaboradores estão líderes políticos, economistas, acadêmicos e ativistas de destaque.”

“Os artigos do Project Syndicate são disponibilizados gratuitamente para meios de comunicação em países em desenvolvimento ou com recursos jornalísticos limitados.”

“A organização possui uma rede de 506 meios de comunicação em 156 países, tornando-se uma das maiores fontes de artigos de opinião do mundo. Além disso, oferece seus conteúdos em 18 idiomas, incluindo português, espanhol, árabe, chinês, francês, russo e outros.”

Em minha pesquisa, descobri nomes de brasileiros que atuam como verdadeiros ativistas da organização. Vou trazer um nome familiar para muitos: Pedro Abramovay.

Abramovay é um advogado brasileiro, formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com mestrado em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília e doutorado em ciência política pelo IESP-UERJ.

Danielly Jesus

Foi assessor especial do então Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Neste cargo, ele foi um dos coordenadores da Campanha do Desarmamento. Segundo a revista ISTO É, Abramovay é um dos principais nomes da sociedade civil na defesa da descriminalização do uso de drogas. Ele foi indicado para a Secretaria Nacional Antidrogas logo no início do Governo Dilma Rousseff, onde defendeu a ideia apoiada pelo Supremo Tribunal Federal de penas alternativas para pequenos traficantes.

Um dos artigos recentes escritos por Abramovay chama-se *"Bolsonaro and Trump Have Revealed the Biggest Threat to Democracy"* (Bolsonaro, Trump e a era do autoritarismo competitivo). Observem como uma peça do tabuleiro de Soros age:

"Bolsonaro carrega a marca inconfundível do autoritarismo do século XX. Seu ideal político é a ditadura militar encerrada nos anos 1980. Embora nenhum país esteja totalmente protegido contra a erosão democrática, a Constituição brasileira pós-ditadura construiu salvaguardas fortes. Bolsonaro está sendo julgado porque não conseguiu se conter e esperar pela lenta desmontagem da democracia. Tentou um golpe clássico – e encontrou um país preparado para rejeitá-lo."

"...é reconfortante ver Bolsonaro sendo julgado, especialmente quando nenhum líder militar foi condenado por crimes durante o regime. Mas hoje, é o autoritarismo competitivo, e não os golpes militares, que mais ameaçam nossas liberdades. No Brasil, nos EUA e em outros lugares, precisamos deter a decadência gradual das instituições democráticas que permite que eles cheguem ao poder."

Já diz o ditado: quem paga a flauta dá o tom. Na imprensa, infelizmente, é desta forma que vem ocorrendo. Sob uma ótica geral, não existe imprensa livre se, para existir, ela deve se adequar a um discurso que promove a extinção dos opositores. A chamada "mídia tradicional" não se utiliza de frases de Marx, Lênin, Trotsky, Che Guevara ou outros, mas realiza a mesma disseminação de ódio.

Mas quem é o extremista mesmo?

Leia também: [A verdadeira compaixão pela mulher](#)



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoecidadania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidadania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania



